

O MODO DE PRODUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO QUILOMBO DE TIPITINGA:

Um Olhar a Partir do Recebimento de Cursos e Formações na Comunidade

Keila de Paula Fernandes de Quadros

Graduada em Letras Língua Portuguesa - Universidade Federal do Pará (UFPA) e Pedagogia - Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). Mestra em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA). Especialista em Língua Brasileira de Sinais - Faculdade Pan Americana (FPA). Secretária Executiva Editorial da Nova Revista Amazônica. E-mail: Keilapfquadros@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6495-5533>

Edileuza Amoras Pilletti

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestra em Linguagens e Saberes na Amazônia (UFPA). Doutorado em andamento em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) -Bragança, Pa. E-mail: edileuza.pilletti@ifpa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/000-0002-0254-8921>

Silvana Gomes dos Santos

Técnica em Agropecuária titulada pela Escola Agrotécnica Federal de Castanhal Pará. Engenheira Agrônoma. Mestra e doutora em Agronomia - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - Bragança, Pa. E-mail: Silvana.santos@ifpa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4215-2040>

Resumo: O presente estudo tem como objetivo principal analisar se houve mudanças ocorridas nos meios e modos de produção da comunidade quilombola de Tipitinga em Santa Luzia do Pará –PA após o recebimento de formações e cursos, e se eles interferem na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Apresenta como objetivos específicos: 1) investigar como era o processo dos meios e modos de produção; 2) analisar se os cursos recebidos interferem nas formas de produção local e na perspectiva do desenvolvimento sustentável para a comunidade de Tipitinga. O estudo tem como base a abordagem qualitativa, com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo. Utilizou-se também as fontes do Arquivo do projeto Português afro-indígena na Amazônia Oriental- AFROIN (2014), o Histórico da Comunidade e da Associação (2009), o Relatório da associação (2005 a 2015) e os dados fornecidos pelo presidente da associação (Paulo Victor). Após a análise do antes e depois do modo de produção do quilombo, concluiu-se que a principal mudança foi em relação ao manejo, as técnicas de manipulação dos alimentos, o melhoramento, o aumento da produção e comercialização e a abertura de novos mercados. Poucas práticas dos quilombolas sofreram de

fato alterações, os moradores ainda apresentam resistência em alterar suas práticas e ferramentas de produção. Quanto à ideia de sustentabilidade, identificou-se que ainda se trata de um discurso muito vago nas formações e nos diálogos promovidos dentro da comunidade. De toda forma, os modos de produção do quilombo se configuram como primitivos, sendo, conseqüentemente, mais sustentáveis, eles trabalham coletivamente, usando a terra para sobreviver, plantando e colhendo, sem agredir tanto o meio ambiente, pois vivem da agricultura familiar e não almejam a produção na ótica do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: Quilombo; Modo de Produção; Desenvolvimento sustentável

Abstract: The main objective of this study is to analyze whether there have been changes in the means and modes of production of the quilombola community of Tipitinga in Santa Luzia of Pará -PA after receiving training and courses and if they interfere in the perspective of sustainable development. It presents as specific objectives; 1- Investigate how the process of means and modes of production was, 2- Analyze if the received courses interfere in the forms of local production and in the perspective of sustainable development for the community of Tipitinga. The study is based on a qualitative approach, with bibliographic research and field research. The sources from the Archive of the Afro-indigenous Portuguese project in the Eastern Amazon - AFROIN (2014), the History of the Community and the Association (2009), the Association Report (2005 to 2015) and the data provided by the president of the association (Paulo Victor) were also used. After analyzing before and after the quilombo production method, it was concluded that the main change was in relation to management, food handling techniques, improvement, increased production and marketing and the opening of new markets. Few quilombola practices have actually changed; local residents still show resistance in changing their production practices and tools. Regarding the idea of sustainability, it was identified that it is still a very vague discourse in the training and dialogues promoted within the community. In any case, the quilombo's modes of production are still primitive and, consequently, more sustainable, they work collectively, using the land to survive, planting and harvesting, without harming the environment so much, as they live on family farming and they do not aim a production from the perspective of the capitalist mode of production.

Keywords: Quilombo; Production Mode; Sustainable development.

INTRODUÇÃO

As formas de compreender e intervir na natureza advém da cultura, da concepção de mundo em que os sujeitos estão inseridos, sendo assim, cada sociedade cria uma concepção de natureza a partir da sua imersão social, cultural e histórica. Portanto, o modo de entender e se relacionar com o meio ambiente se difere bastante a partir de cada tipo de conhecimento. Dentre as diversas formas de conhecimento, tem-se de um lado os conhecimentos científicos estabelecidos pela ciência moderna que estuda a sociedade e o ecossistema de forma mais metódica e sistematizada, e de outro lado tem-se os conhecimentos estabelecidos historicamente pelas comunidades tradicionais.

Conforme Diegues (2001), existe um confronto entre estes dois saberes: o tradicional e o científico-moderno, pois há, na maioria das vezes, compreensões e interpretações diferentes sobre os modos de intervir, preservar e utilizar os recursos naturais. Essas diferenças também se fazem presente nos modos e meios de produção. Para Colão (2006), é no modo de produção que reside o básico da existência do ser humano, a busca de formas de atender as necessidades do existir, do sobreviver, bem como de mudar a realidade a qual faz parte.

As comunidades tradicionais historicamente apresentam formas de produzir com técnicas, instrumentos e processos específicos que foram passados de geração em geração. Paralelamente, a ciência moderna atualmente conta com avanços tecnológicos, pesquisas e informações inovadoras que possibilitam apresentar cada vez mais novas formas de produzir em larga escala, aprimorando suas técnicas, recursos e modos de produção, além de reconfigurar as maneiras de se produzir que estão aliados à intervenção de máquinas, e equipamentos mais sofisticados.

Nessa lógica, existem também outras diferentes formas de economia pautados em sistemas, e dentre elas constam os modos de produção das comunidades tradicionais, que não necessariamente se estabelecem na mesma lógica do sistema capitalista, uma vez que os saberes tradicionais, por longas gerações, se mantem nas práticas dos povos tradicionais ainda com poucas modificações em suas formas de trabalho com a terra e meio ambiente de modo geral, e com pouco interesse do aumento da produtividade interna para a competitividade do mercado capitalista.

Diante disso, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar se houve mudanças ocorridas nos meios e modos de produção da comunidade quilombola de Tipitinga em Santa Luzia do Pará –PA após o recebimento de

cursos e formações adquiridos nos últimos anos na comunidade, e apresenta como objetivos específicos: 1- Investigar como era o processo dos meios e modos de produção; 2- Analisar se os cursos recebidos interferem nas formas de produção local e na perspectiva do desenvolvimento sustentável para a comunidade de Tipitinga.

Quanto aos procedimentos metodológicos, realizou-se um levantamento bibliográfico. Usou-se as entrevistas¹ semiestruturadas do Arquivo do projeto Português Afro-indígena na Amazônia Oriental-AFROIN², o Histórico da Comunidade e da Associação, datado de 25 de fevereiro de 2009. Também se utilizou o relatório da associação, escrito manualmente pelo ex-presidente da associação, Severino Ramos. Nesse documento, detectou-se uma descrição das principais conquistas, tentativas de trabalhos, ganhos e perdas para a comunidade e os colaboradores governamentais e não governamentais que possuíam relação com o quilombo.

Por meio do relatório escrito de forma linear, de 2005 a 2015, foi possível ter acesso a várias informações que poderiam ter sido esquecidas ou até mesmo apagadas pela passagem do tempo. Para a obtenção dos dados de como é atualmente a produção e economia da comunidade, aplicou-se a técnica de entrevista semiestruturada ao morador Paulo Victor Ramos Ribeiro, atualmente presidente da associação, o qual exerce grande influência no lócus e tem participado e interagido diretamente nas formações recebidas pela comunidade.

CONHECENDO A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE TIPITINGA, SANTA LUZIA DO PARÁ, PA

A pesquisa tem como lócus a comunidade quilombola de Tipitinga, localizada na área rural do município de Santa Luzia, do Pará, também chamada de 47, ou km 47 da Pará-Maranhão, pertencente a Região Nordeste do Pará. Tipitinga fica especificamente a 38 km da sede do município, em um

¹ Todas as falas das entrevistas foram transcritas tal como foram ditas, sem correção para a norma padrão. Manteve-se também os nomes originais dos entrevistados com a devida autorização, uma vez que para eles era importante manter seus nomes reais, assim não se optou por nomes fictícios

² As entrevistas do projeto AFROIN foram realizadas em 2014, durante minha participação como integrante voluntária do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), cujo projeto intitulava-se “Português afro-indígena na Amazônia Oriental”. Nas entrevistas, os moradores falavam sobre suas principais atividades, rendas, trabalho na agricultura, dados históricos da comunidade, dentre outras questões, na época abordadas.

ramal cuja entrada é no Km 26 no sentido Capanema/ Santa Luzia do Pará, na BR 316 (PA- MA). De acordo com a Comissão Pró- Índio de São Paulo (2011), a comunidade de Tipitinga apresenta uma área territorial correspondente a 633,4357 hectares, situada à margem direita do rio Caeté e à margem esquerda do rio Curí. Possui 37 famílias, com um número de pessoas estimado em 200 habitantes.

A comunidade de Tipitinga é resultado do processo de fugas no decorrer da escravidão no Brasil. Fiabani (2012, p. 22) argumenta que “a fuga foi uma das formas de resistência do cativo que mais preocupou a sociedade escravista”. Neste contexto, o negro desenvolvia o trabalho escravo, e era visto como propriedade de valor, no entanto, cada vez mais crescia a luta contra a escravidão, de modo que havia a constituição frequente de grupos de sujeitos feitos escravos que se refugiavam nas matas formando quilombos, os quais tinham como meta a luta pela liberdade.

De acordo com o senhor Severino Ramos, a comunidade se originou às margens do rio Tipitinga, provavelmente por ser um local possibilitador de mais condições de vivência, dada a abundância de recursos naturais. Conforme Carneiro (1966), as pessoas escravizadas fugiam majoritariamente para as matas por serem locais de difícil acesso, dificultando serem encontrados pelos escravocratas. Sendo assim, as matas tornaram-se o principal refúgio, dentre os espaços escolhidos para formar quilombos constam as áreas à margem de rios.

Em síntese, “Muitos dos escravos fugidos das senzalas organizaram quilombos nas adjacências das principais cidades amazônicas e mesmo no interior da região” (FIGUEIREDO, 1976, p. 150), logo, onde se fez grande uso da mão de obra escrava, houve marcas de resistência contra o sistema e, conseqüentemente, a presença da construção de Quilombos nos mais variados pontos da região amazônica, no caso, a comunidade Quilombola de Tipitinga é fruto da resistência de descendentes de pessoas escravizadas que lutaram contra a força branca para estabelecer um lugar de construção social, com peculiaridades específicas de um povo étnico.

Em conformidade com Farias e Araújo (2018), Tipitinga teve seus primeiros habitantes por volta do século XIX, com a família do Vitorino Ramos. Quanto à origem da nomenclatura Tipitinga, os quilombolas afirmam que o nome significa água barrenta e foi dado em decorrência da comunidade ter sido constituída à margem do rio Tipitinga. De acordo com o dicionário online de Português, o léxico é de etimologia indígena, advindo do Tupi, e apresenta o significado de “barrento, turvo, mas esbranquiçado” um regionalismo do Norte.

A etimologia do nome da comunidade aponta que existiu a presença de indígenas na área. Nos dias atuais, os quilombolas reconhecem, ao longo da trajetória da formação da comunidade, o contato com grupos originários, “Porque o homem estava na beira aí, pescado aí, ai diz que chegou um índio, porque ai andava muito índio ai na época, a gente ainda viu índio por aqui andado” (Valter Ramos, 2014). O relato reafirma que, na época de surgimento da comunidade, haviam indígenas que andavam pelo território. Dessa forma, a comunidade é formada por descendentes de africanos e de indígenas, pois muitos sujeitos passaram por processo de miscigenação.

POPULAÇÕES TRADICIONAIS QUILOMBOLA: MODO DE PRODUÇÃO A PARTIR DA TERRA E A QUESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

Povos e comunidades tradicionais são compreendidas, segundo o decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, Art.3º, no inciso I, enquanto grupos culturalmente diferentes, os quais assim se reconheçam, com organização social próprias, que ocupem e usem territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, e que fazem uso de conhecimentos e saberes construídos e passados tradicionalmente. Assim, trata-se de povos que historicamente mantêm-se num espaço, cuja dinâmica social e cultural se distingue do restante da sociedade, pois apresentam tradições e modos de vidas próprios.

Dentre os grupos tradicionais consta-se as populações quilombolas, em conformidade com o Art 2º do decreto nº 4887 de 2003, e consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”, nessa ótica, os quilombolas são sujeitos a qual a descendência advém de pessoas escravizadas, que historicamente formaram espaços de socialização e manifestações culturais e que apresentaram resistência à opressão, à escravidão e a todo sistema de exploração.

De acordo com o Art. 1 do decreto nº 4887 de 2003, para uma área geográfica ser intitulada terra quilombola, carece inicialmente a autodefinição enquanto quilombola da própria comunidade que almeja a titulação. Também compreende como terras quilombolas aquelas ocupadas por remanescentes das comunidades que utilizam o espaço para a reprodução física, social, econômica e cultural. E, por fim, o decreto diz que para a medição e demarcação das áreas, considerar-se-á os critérios de

territorialidade indicados pelos descendentes de quilombolas. Todos esses procedimentos fizeram parte da luta pela qual passaram os moradores de Tipitinga na busca de serem oficialmente reconhecidos enquanto uma comunidade tradicional.

A titulação da terra para esses sujeitos é um direito estabelecido por lei, pois segundo a Constituição Federal de 1988, no Artigo 68 “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Assegurar o uso da terra por seus habitantes condiciona que se mantenha as práticas culturais, permite acesso aos direitos negados, possibilita a valorização dos sujeitos ao considerar as formas de vivências construídas ao longo de gerações nesses espaços de socialização não somente da terra, mas de todo um conjunto de manifestações socioculturais, religiosas e históricas.

Para Edna Castro (1998, p. 12), quanto às comunidades quilombolas “A reivindicação maior é o reconhecimento e demarcação de suas terras. Campo de luta no qual se movimentam com ações de duplo sentido: afirmação identitária e reconhecimento legal das terras herdadas dos ancestrais”. O reconhecimento da terra como propriedade pertencente a comunidades quilombolas sempre foi um grande impasse, e não foi diferente com a comunidade de Tipitinga, a qual levou cerca de três anos para ter o reconhecimento por vias legais como terra quilombola. Os moradores afirmam que a associação foi criada em 2005 e houve um longo percurso até conseguirem de fato a titulação.

A criação da associação foi um marco importante para que a comunidade conseguisse unir provas documentais e históricas que confirmassem a sua ancestralidade ligada a pessoas escravizadas. O título de comunidade quilombola foi dado em 13 de maio de 2008, pelo Instituto de Terras do Pará - ITERPA, no governo da Ana Júlia Carepa., por meio do Decreto nº 2.692, de 28 de dezembro de 2010, no Art. 1º, o qual homologa a criação do Território Estadual Quilombola denominado TIPITINGA.

O reconhecimento oficial de uma terra como pertencente a comunidades tradicionais é de fundamental importância para manter, assegurar e promover a socialização de um grupo étnico, assim como é essencial para reafirmar a sua identidade perante uma sociedade. Para tanto, o Decreto n.º 2.280, de 24 de maio de 2010, na Seção III Território Estadual Quilombola, prevê no artigo 7º a criação de Território Estadual Quilombola, como um tipo de assentamento destinado especificamente a comunidades quilombolas, na busca de possibilitar o etnodesenvolvimento destas

comunidades, garantir a sustentabilidade ambiental e econômica, além de reafirmar que as comunidade quilombolas reconhecidas serão beneficiárias das ações das políticas públicas afirmativas governo estadual e federal.

Para as comunidades tradicionais, produzir é muito além de apenas plantar e colher, envolve todo um saber fazer, práticas que foram disseminadas ao longo de gerações e apreendidas entre pais, filhos e netos. As formas de produção, técnicas e manejos estão associados “[...] a cor, o sabor, a formas que se mesclando ativamente com a religião mitos as lendas de nosso folclore fixados no ato de cultivar a terra e produzir alimentos que confere importância ontológica à Agricultura Quilombola”. (FIDELIS, 2006, p. 15).

Daí a importância da terra não apenas enquanto espaço físico, mas também enquanto território sociopolítico e sociocultural que estabelece formas de viver, de entender a sociedade, de se relacionar com a humanidade e com a natureza, assim como de extrair do meio ambiente os recursos necessários para os subsídios alimentares. Assim sendo, é perceptível que “a Agricultura Tradicional Quilombola guarda uma importância enorme, pois detêm saberes, técnicas e manejos testados em séculos” (FIDELIS, 2006, p. 15), isto é, ela é um conjunto de elementos que tem se sustado e servido de base para diverso.

As Agriculturas Tradicionais, segundo Altieri (1999, p. 24-25), “surgiram no decorrer dos séculos de evolução biológica e cultural. Representam as experiências acumuladas de agricultores interagindo com o meio sem acesso a insumos, capital ou conhecimento científico”. Sendo assim, a agricultura realizada por povos tradicionais apresenta um conjunto de experiências e de fazeres específicos que foram sendo transmitidos ao longo das gerações. A prática da agricultura entre as comunidades quilombolas é muito mais que apenas produção para o sustento da manutenção da vida, é reafirmação de cultura, é um legado deixado por seus ancestrais, é a marca de um trabalho coletivo entre os sujeitos com fito no bem comum.

Quando se pensa em meios e modos de produção em comunidades Quilombolas, deve-se refletir que a dinâmica de trabalho não é focada em atividades meramente com fins lucrativos, como por exemplo em grandes empresas, numa perspectiva do capitalismo. Segundo Colão (2006, p. 146), “No modo de produção estão as forças produtivas e as relações de produção, mas também o ser social, a consciência social, a arte, a ciência, os valores, a cultura em geral”, em outras palavras, está o sujeito em suas múltiplas facetas: histórica, política, econômica e social. Logo, o modo de produção

reflete as formas de ver, de sentir e estar no mundo, as formas de se relacionar, de conviver, de partilhar ou competir, enfim, a partir dos modos de produção de uma comunidade/ sociedade é possível fazer uma leitura das relações sociais estabelecidas por determinado grupo social.

Faz-se necessário entender que o modo de produção “caracteriza um tipo determinado de produção dos meios necessários para a vida do ser humano (alimentos, roupa, habitação, instrumentos de produção)” (ACADEMIA, 1984, p. 296, apud COLÃO, 2006, p. 150). Com base no posto pelo Dicionário de Filosofia, compreende-se que o modo de produção é de caráter social, assim, cada sociedade está imersa em algum dos tipos de modo de produção. As comunidades Quilombolas não podem fugir a essa lógica, elas também adotam, mesmo que de forma inconsciente/tradicional, um modo de produção caracterizado como sendo primitivo.

No modo de produção primitivo, as transformações ocorrem paulatinamente. Contrárias ao modo de produção capitalista, cujas mudanças são estimuladas e bem-vindas, a todo momento surgem novas tecnologias, formas de modificar os meios e os modos de produção, mas, por outro lado, a ideia de sustentabilidade em meio a dinâmica desse tipo de produção tem que disputar espaço, haja vista que a maior preocupação não é o meio ambiente, mas outros fatores ligados ao lucro do mercado. Ainda na concepção de Marx (1986), no modo de produção primitivo, a comunidade consta primordialmente enquanto grande força de produção, fator que não ocorre no modo de produção capitalista.

Ao se afirmar que a comunidade adota um modo de produção primitivo não quer dizer que a produção realizada pelos quilombolas não tenha sofrido mudanças, que seja arcaica, que não atenda ao mercado externo, e tampouco que não esteja em contato direto com o sistema capitalista. Pelo contrário, a comunidade produz muito, e o excesso da produção é todo escoado para atender ao mercado capitalista, o quilombo de Tipitinga inclusive vem buscando meios de aumentar sua produtividade e de atender para fora da comunidade, dando condições aos moradores de levarem seus produtos e cultura para outras localidades.

Ou seja, a adoção do modo de produção feito nas comunidades não anula o modo de produção capitalista pois, segundo a perspectiva de Rangel, (2005) eles coexistem: “[...] todos os nossos institutos, todas as nossas categorias – o latifúndio, a indústria, o comércio, o capital, o trabalho e a nossa própria economia nacional – são mistos, têm dupla natureza, e se nos figuram coisas diversas, se vistas do interior ou do exterior, respectivamente” (RANGEL, 2005, p. 286). Há, portanto, uma dualidade,

um dialogismo entre as diferentes produções realizadas no cenário brasileiro, a existência de um sistema de produção não, necessariamente, destitui a presença do outro, pois eles se influenciam e até entram em conflito.

Num modo de produção primitivo citado por Marx (1986), não há uma relação de individualidade entre as pessoas que estão na relação de produção, não apresenta uma exploração da força de trabalho e da mão de obra, pois os relacionamentos entre os sujeitos estão consolidados na premissa da coletividade, sendo assim, não se busca estimular a competitividade ou concorrência, as pessoas não estão em disputa entre si, estão para se ajudar e formar uma rede de apoio na produção, suas perspectivas de trabalho é para o bem-estar coletivo e para a sobrevivência, não se objetiva o enriquecimento, mas a manutenção da cultura, das tradições e das condições de vida saudável.

A divisão e delimitação das terras entre os moradores é coletiva, de forma a existir apenas uma divisão acordada entre as famílias, cada núcleo familiar sabe as suas delimitações. A terra é um elemento primordial na vida dos quilombolas, além de lugar de morada. As produções dos mais variados alimentos são feitas em roças e quintais.

Há de se considerar que o próprio quilombo é uma área de proteção de direitos, de cultura, de história e, conseqüentemente, de território, visto que as comunidades são espaços geográficos protegidos legalmente para que os quilombolas façam uso da terra em continuidade as suas ancestralidades. Pontua-se que a própria agricultura realizada pelas famílias é a base para o desenvolvimento mais sustentável, pois ela dá condições para que os modos de produção sejam menos agressivos quanto ao uso dos recursos naturais e à manutenção do ecossistema. Diegues (2001) fala que o ecossistema possui uma lógica interna natural, a qual os sujeitos se adaptariam. Para ele, “as populações primitivas seriam portadoras dessa lógica, pois respeitam conscientemente as leis que regem o equilíbrio dos ecossistemas” (DIEGUES, 2001, p. 79).

O desenvolvimento sustentável é entendido aqui como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46), permite aos sujeitos uma vida suprindo suas necessidades ao mesmo tempo que garante às futuras gerações recursos para sobreviverem com qualidade. Nesse contexto, os quilombolas trabalham com sistemas de produção voltados para a sustento da própria comunidade, contribuindo para a continuidade da conservação ambiental, “um aspecto relevante na

definição de culturas tradicionais é a existência de sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, à sua exploração dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas” (DIEGUES, 2001, p. 86-87), isto é, as próprias comunidades tradicionais fazem uso da natureza de forma a garantir sua manutenção e conservação.

Ademais, Edna Castro (1997, p. 08) menciona que “A existência dos recursos biológicos está diretamente vinculada a um sistema ancestral de coexistência sustentável entre os homens e o ambiente, razão pela qual esses recursos dependem da sobrevivência desse sistema”. A preservação dos recursos naturais é fundamental, afinal a comunidade necessita desses elementos para plantar, colher e sobreviver. É essencial preservar, pois há uma dependência direta do homem com a natureza, especialmente no contexto das comunidades tradicionais. Para Diegues (2001), a natureza oferece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção, além dos meios de produção dos aspectos materiais das relações entre os sujeitos. Dessa forma, a natureza, deve ser protegida e respeitada, pois dela depende a diversidade da vida e, principalmente, a continuidade das comunidades quilombolas/tradicionais.

LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO E ECONOMIA DA COMUNIDADE ATÉ 2015

A forma de produzir dentro da comunidade sofreu e sofre grandes mudanças ao longo das últimas décadas, em especial nos últimos anos, com a inserção do Serviço Nacional de aprendizagem Rural-SENAR e de outras entidades e órgãos governamentais atuando diretamente por meio formações, palestras, recursos e atividades de promoção social e formação profissional. “Durante estes 10 anos de caminhadas participamos de vários cursos de capacitações, seminários e oficinas, na ECRAMA³, em outras comunidades e em Belém” (RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO).

Compreende-se que a introdução de formações, oficinas e instruções técnicas sobre o cultivo da terra, agricultura, ou até mesmo outras ações que gerem economia na comunidade, acabam por levar diferentes conhecimentos científicos que podem ou não interferir na relação dos sujeitos com a meio ambiente e com seus modos de produção.

³ Escola de Formação Para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônica.

Ao se realizar um levantamento dos principais tipos de produção realizados nos últimos 15 anos, detectou-se alguns que não obtiveram êxito e que foram desaparecendo, pois não houve adaptação ou prática suficiente para que os quilombolas conseguissem manter as atividades. Conforme o relatório da associação escrito à mão pelo ex-presidente da associação Severino Ramos, “Em 2005 construímos uma possilga que para muitos não deu certo, mas tem uns que ainda criam porcos embora individualmente”, ou seja, houve a tentativa de criação de porcos domésticos, todavia, foi algo que não prosperou no seio da coletividade, aqueles que quiseram continuar a criação o fizeram de forma individual.

Identificou-se por intermédio do relatório da associação, que em 2009 os moradores da comunidade tiveram um projeto de Galinhas poedeiras, este por sua vez também não funcionou com tanto sucesso, porém trouxe resultado. Apesar da introdução de novas tentativas de produções distintas, nem todas acabam prosperando e se mantendo como práticas características da comunidade, pois são novas atividades que, muitas vezes, não convergem com as habitualmente praticadas pelos quilombolas.

Constata-se que alguns tipos de produção, como por exemplo o do malva, não são mais tão praticados em comparação a antigamente, vale lembrar segundo Ferreira (2009), que na Amazônia o uso da malva para a confecção de sacos, foi o que alavancou a produção por mais de 30 anos, os sacos comumente eram usados para embalar produtos agrícolas. Ainda conforme Ferreira (2009), o uso da malva tem potencial para ser economicamente sustentável, por atender critérios de sustentabilidade, pois o impacto ambiental é mínimo, além de que a matéria prima da malva no geral tem inúmeras utilidades.

Todavia, para Ferreira (2009), a falta de políticas públicas, a dificuldade de garantia de compra da produção, a dificuldade de aquisição de sementes e de escoamento da produção da malva foram alguns dos fatores que contribuíram para não efetivação dessa atividade na Amazônia, ou seja, a queda da produção está relacionada ao mercado externo, a um período que se incentivava a produção de fibras de malva, está correlacionada ao sistema capitalista que aos poucos foi deixando de criar condições para que as comunidades a produzissem.

Para além disso, assinala-se o rio de Tipitinga enquanto um elemento que sempre fez parte da vida dos moradores, conforme eles, antes havia muito mais peixe em comparação a hoje, contudo, o ato de pescar ainda é muito recorrente. Assim como a coleta do açaí, fruto que existe em grande quantidade no período da safra.

Pontua-se que, por muitas décadas, as comunidades tradicionais não eram assistidas por políticas públicas e tampouco tinham acesso à formações, programas, investimentos e créditos dos órgãos governamentais e não governamentais. Não obstante, essa realidade vem mudando, sobretudo nos últimos anos, a partir do relatório da Associação, detectou-se que, em 2010, os quilombolas tiveram acesso a alguns empréstimos pelo programa CredPará⁴, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e também por meio da Secretaria Estadual de Agricultura - SAGRI, Instituto de Terra do Pará - INTERPA, diretoria de Gestão de Desenvolvimento Agrário e Fundiário DEAF e CPF, coordenaria de Projetos Especiais, conseguiram o Relatório Ambiental Simplificado da Comunidade Quilombola do Tipitinga (RAS).

Dentre os tipos de produção feita em larga escala, constata-se a produção da farinha como uma das atividades de maior potência e movimentação para os quilombolas, pode-se dizer que é também uma das produções mais antigas passadas de pais para filhos ao longo das gerações, bem como o exercício da caça, da pesca e da coleta de frutos. A forma de fazer farinha, em especial, conserva tradição, manejos, hábitos e culturas que foram sendo transmitidas e apreendidas pela coletividade. Em 2012, os quilombolas construíram “com a ajuda da Caritas Brasileira 2 casas de farinha melhorando mais os produtos da mandioca e seus derivados” (RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO).

Os moradores apresentam uma dinâmica de trabalho com singularidades próprias, construídas dentro do grupo quilombola ao longo de um processo histórico, isto é, trata-se de uma herança imaterial, pois são aprendizagens, saberes e conhecimentos que atravessam vidas a cada geração. É perceptível que, várias atividades são realizadas no coletivo, com regras estabelecidas pela associação.

O relatório da associação descreve que, em 2015, os quilombolas receberam a visita do I. Vitória Regia, representado pelo SR. Sr. Luís Dantas, o qual realizou o diagnóstico do plano e desenvolvimento institucional-P.D.I do fundo de Tipitinga, isto é, o Fundo Rotativo de Economia Solidária, além de oficinas administradas pelo SR. Nilton. “Os resultados foram bons, construímos um aviário com o recurso do Fundo Dema, FASE e BNOS e a

⁴ Espécie de microcrédito para pequenos empreendimentos no estado, cujo objetivo é fortalecer o empreendedorismo de pequenos produtores.

criação de frangos caipirão é de boa qualidade” (RELATÓRIO DA ASSOCIAÇÃO). Nota-se que, a partir de 2010, houve um maior apoio por parte de entidades exteriores à comunidade, por consequência ocasiona a entrada de novos recursos, verbas e formações.

Quando perguntado sobre o meio de sobrevivência da comunidade e as atividades desenvolvidas, obteve-se a resposta:

Olha é mais a agricultura e a questão da agricultura mesmo de mexer na terra plantar e colher lavra a terra como eles dizem é assim e tem os benefícios do governo como o bolsa família é aposentadoria e a gente já tem os cargos públicos né no caso o professor o ACS esses são os meios de sobrevivência mas a maioria das famílias e a agricultura que segura eles as mulheres já tem um grupinho de mulheres que faz artesanato ai uma já vende uma peça uma outra coisa e vai ajudando nessa subsistência deles (ADRELINA RAMOS, 2014).

A agricultura ainda é o pilar fundamental para o rendimento financeiro e para suprir a alimentação das pessoas da comunidade. Todavia, é válido sublinhar a inserção de uma renda extra e/ou exógena que, até então, os quilombolas não possuíam: o bolsa família, a aposentadoria e os cargos públicos. Outra atividade bem presente na fala das moradoras é o artesanato, feito por um grupo de mulheres.

O artesanato confeccionado é vendido para municípios próximos como Bragança, Belém, Capanema e região, além do próprio município de Santa Luzia. A moradora e professora Adrelina Ramos assinala que os artesanatos são produzidos na própria comunidade, em sua maior parte por mulheres. Contudo, existem algumas matérias primas compradas de outros locais, em virtude de eles ainda não possuírem técnicas suficientes para a devida confecção ou manipulação da matéria prima.

As mulheres também contam com as parcerias articuladas, como por exemplo a parceria com a rede bragantina de economia solidária, a qual segundo o relatório da associação foi importante para que os quilombolas comprassem duas máquinas de costura e outros materiais para o grupo de mulheres poderem aumentar suas rendas e produções.

No concernente aos tipos de peças confeccionados na comunidade, Araújo (2015, p. 15) sublinha que “Paneiro, tipiti e vassoura são utensílios fabricados artesanalmente para as utilidades diárias. Com o cipó titica e timboaçú fabricava-se vassoura”, em outras palavras, são ferramentas para o uso dos próprios moradores, pois assim eles não precisam comprá-las de fora, já que possuem a matéria prima e os saberes essenciais para as

construir. Em suma, a produção e a economia da comunidade estão correlacionadas com outras atividades que aos poucos estão sendo inseridas na comunidade. Entretanto, o que se mantém como trabalho principal é agricultura entre as famílias, ou seja, o sistema produtivo local ainda é muito pautado no cultivo da terra, na lavoura.

A PRODUÇÃO DA COMUNIDADE DE TIPITINGA APÓS A ENTRADA DE CURSOS/ FORMAÇÕES E OFICINAS

O sujeito entrevistado, que informou como está atualmente o modo de produção na comunidade, é presidente da associação, trabalhou a vida inteira na agricultura, se ausentou apenas durante sua graduação, em seguida retornou à comunidade e às atividades direcionadas ao campo, atualmente trabalha na agricultura familiar e se dedica diariamente a ela, fez curso de técnico em agronegócio para compreender como funciona a gestão do trabalho na busca de melhorar e de contribuir. Também fez cursos pelo SENAR de avicultura, hortaliças, sobre melhoramento da farinha, como fazer hortas, e adubos orgânicos dentre outros ofertados pelo SENAR na comunidade.

Segundo o Presidente da associação, os cursos duravam cerca de uma semana, eram ministrados no horário da manhã ou tarde com especificidades próprias, isto é, cada curso trabalhava conteúdos inerentes ao tipo de formação pretendida. Ao se indagar quais tipos de conhecimentos recebidos nas formações, ele respondeu “Conhecimentos teóricos e práticos é de como é Trabalhar melhor, né? De como melhorar a produção e alguns é assuntos que eram abordados dentro dos cursos, e cada curso era de um, sobre um tema diferente, sobre um assunto diferente”. Indagou-se a respeito de quais principais incentivos recebiam nos cursos/ oficinas/ formações, a resposta foi “O incentivo é só a força de vontade mesmo, de querer fazer, aprender alguma coisa, só isso” (PAULO VICTOR, 2021).

Não é do interesse da pesquisa fazer um levantamento de todas as formações ofertadas na comunidade, mas tentar saber se tais formações implicaram em mudanças na dinâmica da produção da comunidade, se trazem conhecimentos sustentáveis. Ao questionar se antes dos cursos do SENAR/ ou de outras parcerias esses produtos já eram produzidos, o presidente da associação respondeu “Sim, com certeza, todos os produtos que a gente tem hoje, já eram produzidos sim, antes do SENAR, o SENAR veio só pra acrescentar em algumas coisas e melhorar a produção, o conhecimento acerca de... dos nossos produtos”. De fato, o objetivo sete do SENAR (2017, p. 9) é “Estimular a permanência do homem no campo,

despertando o seu interesse e incentivando-o a produzir mais, trabalhando melhor”, ou seja, o incentivo ao aumento da produção é uma das premissas do programa. O entrevistado ainda diz que, a única exceção é a produção de pão de mel, existente na comunidade antes dos cursos do SENAR.

Pautado nos dados coletados, a mudança não se deu em relação a implementações de novos tipos de produção, mas sim concernente ao manejo, as técnicas de manipulação, isto é, na melhora, no aprimoramento do que já era produzido na comunidade, por consequência, após as formações do SENAR houve o aumento da produção comercializada para fora da comunidade, além de ter aberto vários outros mercados. De acordo com o morador entrevistado, após as formações do SENAR/ e outros cursos houve mudanças no que se refere ao processo e etapas de produção de alimentos, essencialmente “Melhoria no processamento dos produtos, sempre batemos muito na questão de higiene dos locais onde são produzidos determinados produtos” (PAULO VICTOR, 2021).

A fala do entrevistado coincide com o objetivo seis do programa do SENAR que é “Assistir o pequeno produtor rural, ensinando novos métodos para a execução de seu trabalho” (SENAR, 2017, p. 9). Paulo Victor informou também que as principais mudanças no modo de produção de alimentos dentro da comunidade, referem-se às questões de manipulação dos alimentos, as quais tem melhorado bastante, apesar de não ser o ideal, afirma estarem trabalhando para isso.

Questionou-se se as formações recebidas influenciaram os conhecimentos já possuídos em relação aos saberes tradicionais relacionados ao cultivo da terra, a resposta foi “Não necessariamente, os cursos vieram apenas para melhorar nossos produtos e conseguirmos vender com mais assiduidade” (PAULO VICTOR, 2021). A todo momento ele reafirma que os cursos ofertados apenas oportunizaram o aprimoramento das produções já inseridas na comunidade. Perguntou-se se ele aprendeu coisas novas sobre agricultura que antes não sabia por falta de formação, prontamente respondeu “sim, principalmente no processo de adubação de terra”.

Porém, ao questionar se houve alterações no modo da distribuição e organização do trabalho posterior as formações recebidas pelo SENAR/ ou de outros cursos, obteve-se como resposta: “Não necessariamente mudou a forma de trabalhar, mas sim o comportamento das pessoas, que após os cursos começaram a enxergar os aprendizados de forma positiva para as suas vidas e de suas famílias” (PAULO VICTOR, 2021), e afirmou em seguida

não haver novas ferramentas de trabalho que começaram a ser utilizadas após os cursos recebidos pelo SENAR, ou mesmo após outros cursos.

Vale lembrar que o “o modo de produção está ligado ao desenvolvimento de todos os fatores sociais e é elemento principal na configuração da sociedade toda. Nele existem as forças produtivas e as relações de produção indissoluvelmente unidas e em contradição”, (COLÃO, 2006, p. 146), pautando-se nesse conceito, o modo de produção de cada sociedade, conseqüentemente, interferirá na ideia de produção dentro de uma perspectiva de sustentabilidade ou não, pois “cada sistema econômico e social determina uma modalidade específica de exploração dos recursos naturais e de uso da força de trabalho humana e, conseqüentemente, utiliza normas específicas do "bom" e do "mau" uso dos recursos naturais” (DIEGUES, 2001, p. 84, apud GODELIER, 1984). A partir da relação do homem com o meio ambiente e dos meios e dos modos de produção utilizados, ter-se-á uma sociedade/ um território mais ou menos sustentável, pois os sistemas de produção ditam a lógica do uso dos recursos naturais.

Ao indagarmos a Paulo Victor se a agricultura se desenvolveu ao longo do tempo em que ele está nela, obteve-se como resposta “Se desenvolveu bastante, principalmente com a abertura de novos mercados para os produtos que são produzidos” (PAULO VITOR, 2021), apesar do desenvolvimento, o entrevistado afirma que uma das desvantagens em ser agricultor no cenário atual é a dificuldade no escoamento da produção e o próprio mercado ainda muito deficiente, em decorrência do município ser pequeno, quase não adquire a produção feita pela comunidade, fazendo com que os moradores precisem se deslocar até os municípios vizinhos. Embora o presidente da associação fale que a comunidade é incentivada a produzir para a venda externa, pois as parcerias trazem novos mercados, segundo ele ainda há muitas exigências as quais precisam se adequar quanto às normas de fiscalização para atenderem aos novos mercados.

No que se refere à importância da agricultura Quilombola, Fidelis (2006, p. 15), diz que “[..] produzir alimentos é bem mais que satisfazer às necessidades de um mercado específico simplesmente. Produzir alimentos para estes Agricultores é perpetuar a vida e transmitir cultura”, por isso, a produção feita em Tipitinga não tem como princípio maior o mercado de venda externo, o capitalismo, ou até mesmo a produção em massa, como é o caso das grandes empresas e indústrias que produzem muito em um curto espaço de tempo a fim de atender uma grande demanda de pessoas, pelo contrário, para os quilombolas a produção agrícola é para atender primeiramente a necessidade da própria comunidade, o excedente é para a

comercialização, com objetivo de adquirir mercadorias industrializadas que não são comercializadas por eles.

Perguntou-se quais impactos ou mudanças as parcerias/ oficinas/ cursos têm causado aos meios e modos de produção da comunidade, o entrevistado respondeu: “Causados bons impactos, só não melhora quem realmente não quer, infelizmente ainda tem muita resistência de algumas pessoas na comunidade que não querer e não dão importância para os cursos” a partir do exposto, a comunidade apresenta dificuldade em aderir às instruções e aos ensinamentos oferecidos nos cursos/formações recebidos.

Conforme Marx, (1986), quanto mais o modo de produção seja tradicional, maior a chance do processo de produção se manter do mesmo jeito, ou seja, com poucas mudanças, assim menor a possibilidade de as formas de produção serem modificadas, bem como a comunidade na sua totalidade. A partir dessa lógica, os grupos sociais pautados em modos de produção tradicionais, como por exemplo, a agricultura familiar/ comunitária, tem maior tendência a manter os tipos de produções da mesma maneira ao longo dos anos, inclusive isso é notório na comunidade pesquisada, pois ela ainda mantém práticas produtivas irraigadas em seus ancestrais, são práticas conservadas ao longo das gerações, o que consequentemente, preserva a história e a cultura da comunidade.

O presidente da associação falou que, atualmente, a comunidade conta com as parcerias do - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE, SENAR, prefeitura municipal, Programa de Aquisição de Alimentos- PAA e a deputada Paula Gomes. Informou que nos últimos 5 anos receberam algumas mudanças estruturais, a constar o apoio da deputada Paula para a construção da casa de farinha (ainda em construção), e o apoio do ex-prefeito no referente a determinados materiais para a execução dos cursos que o SENAR ministrou, já o atual prefeito forneceu um sistema de irrigação para o plantio de açaí da comunidade. Segundo Paulo Victor, a comunidade tem grandes incentivadores, e as parcerias vem justamente para ajudá-los a alcançar os mercados, incentivando a cooperação para a produção e comercialização de pequenos produtores, apontando adaptações que eles devem fazer para almejar os novos mercados.

O presidente da associação disse que o PAA é um excelente programa mas, nos dias atuais, está parado. Os cadastros são feitos pelos coordenadores municipais do programa e funciona por meio de doação simultânea, o próprio governo compra e faz a doação às entidades cadastradas na cidade. Falou também sobre a marca “Sabores Tipitinga”,

que foi uma marca idealizada pelo SEBRAE para criar uma identidade para os produtos feitos pela comunidade, objetivando melhorar a venda dos produtos, contudo, eles ainda encontram dificuldades nas confecções das embalagens por serem difíceis de encontrar.

A seguir, a tabela com a comparação da produção após a entrada de cursos e formações na comunidade.

Levantamento da produção até 2015	Produção da comunidade após os cursos
Criação de porcos	Permanece apenas de forma individual
Galinhas poedeiras/ aviário	Permanece a criação de galinha (de forma individual)
Pesca artesanal e caça	Pesca artesanal e caça (em menor escala)
Produção de artesanato	Produção de artesanato (realizada pelas mulheres)
Coleta de frutos/ hortaliças	Coleta e venda de frutos/ hortaliças (exportação em maior escala)
Produção de açaí	Produção de açaí (em maior escala)
Farinha de mandioca e derivados	Produção de farinha de mandioca e derivados (em maior escala e com exportação)
Produção pautada na terra	Mantem-se a produção pautada na terra
	Produção de pão de mel

Fonte: Produção dos autores.

É perceptível a partir dos dados da tabela a continuidade da manutenção de produções históricas, e manter as mesmas atividades de produção é, de certa forma, também garantir a transmissão de costumes e práticas culturais as quais o trabalho está correlacionado, bem como corroborar para a preservação da história social da comunidade. É fundamental frisar que a produção das comunidades quilombolas, historicamente, contribuíram e contribuem até hoje para o abastecimento dos mercados capitalistas, pois as comunidades cultivam, plantam e produzem os mais diversos tipos de alimentos e frutos, elas fornecem e comercializam para o mercado externo alimentos do tipo farinha e seus derivados, açaí, castanha, feijão, milho legumes, verduras, pimenta dentre outros.

Ao se tecer questionamentos sobre a ideia de sustentabilidade e conduzir a entrevista para perguntas nesse campo, o presidente da

associação comentou sobre de forma muito vaga, justamente por se tratar de uma ideia não permeada tanto nas discussões do quilombo. Ao perguntar quais as principais influências a partir das interações externas e no que elas interferem no referente às formas de produção local na perspectiva do desenvolvimento sustentável para a comunidade de Tipitinga, a resposta foi: “As pessoas ficam curiosas em um determinado momento, mas se não tem uma continuidade logo perdem o interesse”, não se identificou, na fala, as influências dos cursos para uma comunidade mais sustentável ambientalmente, contrariamente há uma dificuldade em fazer as pessoas manterem interesse nas propostas e ensinamentos dos cursos, embora possa haver incentivos para uma comunidade mais sustentável, existe uma imensa dificuldade de colocar isso na prática.

O presidente da associação até disse que houve algumas mudanças nas práticas das pessoas, na busca de um desenvolvimento mais sustentável para a comunidade, mas foi pouca coisa. Pontuou em contrapartida que, atualmente, ele considera o uso de herbicidas fortes pela comunidade práticas que não contribuem para um desenvolvimento sustentável, pois infelizmente os agricultores não usam as recomendações corretas repassadas.

Por outro lado, os sistemas tradicionais de manejo adotados pelas comunidades “não são somente formas de exploração econômica dos recursos naturais, mas revelam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentado dos ecossistemas naturais”. (DIEGUES, 2001, p. 87), dito de outra forma, a própria dinâmica de vida e o tipo de produção das comunidades tradicionais são considerados e apontam para o uso dos recursos naturais de modo mais sustentável.

Interrogou-se quais incentivos e formações na perspectiva do desenvolvimento sustentável, as pessoas do quilombo tem adquirido nas formações e cursos que recebem dentro da comunidade, a resposta foi “Sustentável é um nome bonito, mas ainda uma coisa difícil de fazer, enquanto as pessoas não quiserem, é difícil de ser implantado, mas há uma luz no fim do túnel” (PAULO VICTOR, 2021), apesar da dificuldade apontada, há expectativas de uma mudança no tangente a práticas mais sustentáveis.

Para tanto, os sujeitos do quilombo precisam estar abertos a novas propostas, ensinamentos e serem motivados às novas transformações, e também manifestar interesse em assumir responsabilidades para pensar e agir diferente, que estejam engajados na luta, pois apesar do presidente da associação destacar que a comunidade necessita de formações para que suas

práticas sejam mais sustentáveis, “mas se as pessoas não quiserem mudar, pode vim até o melhor curso do mundo que não haverá resultados, as mudanças só ocorrem quando há estímulo das próprias pessoas” (PAULO VITOR, 2021), ou seja, é fundamental força de vontade e disposição para aderir novos ideais, sobretudo, porque práticas sustentáveis exigem, por conseguinte, mudanças na forma de olhar os recursos naturais, na própria produção do quilombo, nas práticas diárias, nas diversas atividades, dentre outras.

CONSIDERAÇÕES

Após análises dos dados do antes e depois dos meios e modos de produção da comunidade, constatou-se posterior aos recebimentos dos cursos e formações adquiridos nos últimos anos na comunidade, que a principal mudança se deu em relação ao manejo, as técnicas de manipulação dos alimentos, o melhoramento das produções e o aumento da produção e comercialização, bem como a abertura de novos mercados.

Os cursos ofertados na comunidade, com base na entrevista realizada com o presidente da associação Paulo Victor, vieram apenas somar aos conhecimentos dos moradores, contribuindo para o aprimoramento dos meios e modos de produção, mas não conseguiram, de certa forma, introduzir novos tipos de trabalhos, por outro lado deram condições melhores para que a comunidade pudesse aperfeiçoar as suas práticas com os conhecimentos científicos recebidos, uma vez que as parcerias deram apoio e vieram mostrar outros caminhos aos quilombolas.

De modo geral, Tipitinga ainda é uma comunidade que apresenta produções próprias realizadas pelas famílias que compõem o local. O que predomina fortemente como meio de economia atualmente continua sendo a agricultura produzida no meio familiar. A maioria dos sujeitos trabalham na roça e tem como principal atividade a produção de farinha de mandioca. Vale ressaltar que os moradores trabalham com cultivo de outros itens, e toda produção serve para a alimentação dos sujeitos, sendo tanto para consumo próprio, quanto para venda externa.

Notou-se, ao se fazer o levantamento de como era a produção e economia da comunidade, que os moradores já tentaram implementar diversas atividades como por exemplo a criação de porcos e galinhas poedeiras, no entanto, o resultado dos empreendimentos não foi tão promissor quanto o esperado, seja por falta de apropriação em como manter o trabalho, seja por outros motivos, o fato é que não foi possível os quilombolas continuarem tal prática.

Atualmente, é observável no modo de produção da comunidade, a manutenção de atividade milenares, isto é, atividades passadas de geração para geração, práticas tradicionais, as quais exigem os conhecimentos de mundo dos quilombolas. Não se detectou muitas alterações no que se refere a entrada de novos tipos de produção, ou seja, a comunidade continua dando prosseguimento e trabalhando com os mesmos tipos de atividades para o consumo próprio e também para a comercialização.

Inclusive, a partir das falas dos entrevistados, percebeu-se uma “resistência” em aceitar a produção de novos tipos de empreendimentos, além de dificuldade em aprender a manipulá-los, os quilombolas acabam por produzir mais do que eles já conhecem, já houve algumas tentativas de introduzir novos tipos de comercialização induzidos a partir dos cursos e formações, entretanto, é difícil o êxito, pois surgem muitos empecilhos para manter um tipo de produção diferente, pois é necessário da parte dos moradores aprimoramento de conhecimentos, força de vontade de empreender, condições financeiras e mecanismos de escoamento da nova produção, etc.

Embora o modo de produção possa sofrer modificações, é essencial também o escoamento dos produtos confeccionados pelas pessoas da comunidade. Hoje em dia, as principais produções realizadas para o autossustento da comunidade ainda são os mais variados produtos como hortaliças, milho, feijão, mandioca e seus derivados, frangos, porcos, ovos e diferentes tipos de frutas a constar o açaí, acerola, coco, pupunha, laranja, dentre outras. A produção das frutas permanece a mesma listada nos anos anteriores, mas com a exportação em maior escala, o aumento da produção permite atender ao mercado capitalista.

Observou-se a partir das falas dos moradores que as ações como pescar, fazer farinha, coletar frutos, são as que mais se destacam dentro da comunidade, tais atividades são consideradas tradicionais e foram passadas de pais para filhos ao longo de várias gerações, o que se pressupõe que os quilombolas já possuem total domínio sobre como assegurar que essas produções sejam sempre profícuas.

A cada ano, a comunidade vem recebendo mais apoio de órgãos governamentais e não governamentais, o território de Tipitinga vem sendo assistido por políticas públicas, o que até então, não era possível, antes da criação da associação, reconhecimento e legalização como território quilombola. O apoio e articulação com outros órgãos e cidades possibilita mais estabilidade para que a comunidade tente outros meios e modos de produzir, assim como também contribui para o fortalecimento de parcerias

que oportunizam levar alimentos e artesanatos produzidos para outras regiões, por sua vez, amplia a visibilidade da comunidade.

Com base nos dados coletados ao longo da pesquisa, concluiu-se que a comunidade em si não debate teoricamente muito sobre desenvolvimento sustentável, as formações recebidas pouco interferem numa perspectiva sustentável, aliás ainda se trata de um discurso muito vago para os moradores. Todavia, pautado no tipo de atividade desenvolvida pelos moradores, nas relações entre sujeito e natureza e nos próprios meios e modos de produção adotados pela comunidade pode-se afirmar que existe uma contribuição das comunidades tradicionais para um meio ambiente mais sustentável, pois os quilombolas conseguem produzir, se manter e sobreviver sem agredir os recursos os quais dispõem. Toda a produção dentro do quilombo ainda é para atender, sobretudo, a comunidade local/regional.

Ademais, a agricultura tradicional, feita pelos moradores, é a base essencial de trabalho, renda e dinâmica social instituídos pelos próprios sujeitos. Ela é um legado cultural que carrega consigo práticas, técnicas, saberes e conhecimentos formados e aperfeiçoados por cada geração que vem mantendo a tradição herdada pelos seus ancestrais. Desse modo, a relação dos moradores com a terra, suas produções, seus modos de vida, suas dinâmicas com a natureza, o respeito com os ciclos da natureza e também seus conhecimentos adquiridos pelos antepassados, até o presente momento, contribuem muito mais do que as próprias formações ofertadas na comunidade no referente ao desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, ARIVALDO SILVA DE. **COMUNIDADE QUILOMBOLA DE TIPITINGA: ORGANIZAÇÃO IDENTIDADE E DIREITO À TERRA. MONOGRAFIA. FACULDADE DE HISTÓRIA. BRAGANÇA, PÁ. 2015.**

ALTIERI, MIGUEL. **AGROECOLOGIA: BASES CIENTÍFICAS PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL. GUAÍBA: EDITORA AGROPECUÁRIA/AS-PTA, 2002.**

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. INSTITUI A POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. DISPONÍVEL EM:

<[HTTP://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/_ATO2007-](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-)

2010/2007/DECRETO/D6040.HTM>. ACESSO EM: 26 MARÇ. 2020.

BRASIL. PA DECRETO Nº 2.280, DE 24 DE MAIO DE 2010 (D.O.E. 08/06/2010). CRIA O PRÓ-ASSENTAMENTO ESTADUAL - PROA-PA E OS PROJETOS ESTADUAIS DE

ASSENTAMENTOS. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://WWW2.MPPA.MP.BR/SISTEMAS/GCSUBSITES/UPLOAD/94/DECRETOS%20ESTA
DUAIS/PA%20DECRETO%20N-
%C3%82%C2%A6%202_280,%20DE%2024%20DE%20MAIO%20DE%20201
0.PDF](https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/94/DECRETOS%20ESTA
DUAIS/PA%20DECRETO%20N-
%C3%82%C2%A6%202_280,%20DE%2024%20DE%20MAIO%20DE%20201
0.PDF)>. ACESSO EM: 09 JAN. 2020.

BRASIL. DECRETO N.º 2.692, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010. DISPONÍVEL EM:
<[HTTP://CPISP.ORG.BR/DECRETO-N-0-2-692-DE-28-DE-DEZEMBRO-DE-2010/](http://cpisp.org.br/decreto-n-0-2-692-de-28-de-dezembro-de-2010/)>.
ACESSO EM: 19 JAN.2020.

BRASIL. DECRETO Nº 4887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. REGULAMENTA O
PROCEDIMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO, RECONHECIMENTO, DELIMITAÇÃO, DEMARCAÇÃO E
TITULAÇÃO DAS TERRAS OCUPADAS POR REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DOS
QUILOMBOS DE QUE TRATA O ART. 68 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS. IN. LEGISLAÇÃO REFERENTE À POLÍTICA PÚBLICA DE REGULARIZAÇÃO DE
TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://WWW.PASSEIDIRETO.COM/ARQUIVO/51634253/LEGISLACAO-QUILOMBOLA-
CONDENSADA](https://www.passeidireto.com/arquivo/51634253/legislacao-quilombola-
condensada)>. ACESSO EM: 24. FEV. 2020.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 – ARTIGO 68. ADCT. ATO DAS DISPOSIÇÕES
CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://QUILOMBOS.FILES.WORDPRESS.COM/2007/12/ARTIGOS-68-215-E-
216.PDF](https://quilombos.files.wordpress.com/2007/12/artigos-68-215-e-
216.pdf)>. ACESSO EM: 22 DE DEZ. 2021.

BRUNDTLAND, GRO HARLEM. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO. **NOSSO FUTURO COMUM.** DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://EDISCIPLINAS.USP.BR/PLUGINFILE.PHP/4245128/MOD_RESOURCE/CONTENT
/3/NOOSSO%20FUTURO%20COMUM.PDF](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content
/3/Noosso%20Futuro%20Comum.pdf)>. ACESSO EM: 16 ABR. 2019.

CARNEIRO, EDISON. **O QUILOMBO DOS PALMARES.** 3.ED. RIO DE JANEIRO: CIVILIZAÇÃO
BRASILEIRA, 1966.

CASTRO, EDNA RAMOS DE. TERRITÓRIO, BIODIVERSIDADE E SABERES DE POPULAÇÕES
TRADICIONAIS. **PAPERS DO NAEA,** BELÉM, N. 92, 1998.

COLÃO, MAGDA MARIA. O MODO DE PRODUÇÃO: CATEGORIA DO MATERIALISMO
HISTÓRICO. **MOVIMENTO.** PORTO ALEGRE, V.12, N. 02, P. 143-169, MAIO/AGOSTO DE
2006. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://SEER.UFRGS.BR/MOVIMENTO/ARTICLE/VIEWFILE/2907/1543](https://seer.ufrgs.br/movimento/article/viewfile/2907/1543)>. ACESSO EM:
17 DEZ. 2019.

DIEGUES, ANTONIO CARLOS SANTANA. **O MITO MODERNO DA NATUREZA INTOCADA.**
3.ED. SÃO PAULO: HUCITEC, 2001.

FARIAS, ANTONIO EDISON; ARAUJO, ARIVALDO SILVA DE. COMUNIDADE QUILOMBOLA
DE TIPITINGA: ORGANIZAÇÃO IDENTIDADE E DIREITO À TERRA. **DOSSIÊ AMAZONIA.**
NOVA REVISTA AMAZÔNICA. V.6. N.1 ABR. 2018. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://PERIODICOS.UFPA.BR/INDEX.PHP/NRA/ARTICLE/VIEW/6222/4939](https://periodicos.ufpa.br/index.php/nra/article/view/6222/4939)>. ACESSO
EM: ACESSO EM: 04. JAN. 2020.

FERREIRA, ADENOR DA SILVA. **TRABALHADORES DA MALVA: (RE) PRODUÇÃO MATERIAL E SIMBÓLICA DA VIDA NO BAIXO RIO SOLIMÕES. 2009. DISSERTAÇÃO. (MESTRADO EM SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA). UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, MANAUS. 2009.**

FIDELIS, LOURIVAL DE MORAES. **AGRICULTURA QUILOMBOLA E SUAS INTERFACES COM A AGROECOLOGIA: HISTÓRIAS E TRADIÇÕES LIGADAS À AGRICULTURA TRADICIONAL DO QUILOMBO JOÃO SURÁ. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. CURITIBA, 2006. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.DIREITO.MPPR.MP.BR/ARQUIVOS/FILE/AGRICULTURA__QUILOMBOLA__AGROECOLOGIA.PDF>. ACESSO EM: 22 JAN. 2020.**

FIABANI, ADELMIR. MATO. **PALHOÇA E PILÃO. 2ºED. SÃO PAULO: EXPRESSÃO POPULAR, 2012.**

FIGUEIREDO, NAPOLEÃO. **PRESENÇA AFRICANA NA AMAZÔNIA. AFRO-A'SIA. SALVADOR, BAHIA. N.12, 1976. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://PORTALSEER.UFBA.BR/INDEX.PHP/AFROASIA/ARTICLE/VIEW/20781/13384>. ACESSO EM: 19. JAN. 2020.**

MARX, KARL. **FORMAÇÕES ECONÔMICAS PRÉ-CAPITALISTAS. 5. ED. RIO DE JANEIRO: PAZ E TERRA, 1986.**

RANGEL, IGNÁCIO. **DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA BRASILEIRA (1957). IN: OBRAS REUNIDAS, RIO DE JANEIRO, CONTRAPONTO, 2005.**

RELÁTÓRIO DA ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES REMANESCENTE DO QUILOMBO DE TIPITINGA. **AMORQUIT. SEVERINO RAMOS. 2015**

SENAR. **CARTILHA CONHECENDO O SENAR. 2017. DISPONÍVEL EM: <HTTPS://WWW.CLIQUEAPOSTILAS.COM.BR/ARTESANATO/CARTILHA-DO-SENAR>. ACESSO EM: 13 DE ABRIL DE 2019**